

Congresso

Derradeira esperança

Instala-se hoje, por força de preceito constitucional, mais uma legislatura do Congresso Nacional. No quadro brasileiro, paradoxalmente, não é a circunstância de as oposições deterem nominalmente a maioria na Câmara dos Deputados que ocupa o centro das análises e preocupações políticas, mas o conteúdo da mensagem que, também por dever constitucional, o presidente da República encaminhará ao Congresso. Não há dúvida de que o documento presidencial é importante, pois pode traçar rumos para o País (ainda que na maioria das vezes o chefe do Executivo se tenha limitado a fazer mero balanço do que foi sua política); contudo, é inegável que, a rigor, o fato político relevante é a constituição de um Congresso, em que as oposições, querendo, podem paralisar em boa medida o processo legislativo, ou levar o Executivo a encontrar na conciliação e na negociação os caminhos da concórdia nacional.

Este último é o signo sob o qual se deseja ver funcionar a nova legislatura; se a realidade coincidirá com os desejos, só o tempo o dirá. Na verdade, não se trata apenas de desejos; a bem dizer as coisas, todos os brasileiros conscientes anseiam pela concordância do Executivo em dialogar com as oposições, ceder aqui, barganhar acolá, convencido de que tal atitude não diminui a autoridade pessoal do presidente, nem a funcional dos ministros; como também anseiam pela compreensão das oposições de que não são contestadoras do sistema político, mas parte integrante dele.

Há, no sistema político brasileiro, situações institucionais com as quais o bom senso não concorda — uma delas é a excessiva concentração de poderes no Executivo federal. Esse erro institucional, associado a outro, mais grave ainda, que é o fato de a oligarquia

imaginar que um país de 120 milhões de habitantes se conduz como uma companhia de 120 homens, tem sido responsável por uma das situações políticas mais graves, da qual são poucos os que se dão conta: começou-se a perder — se é que já não se perdeu por completo — a convicção de que a grande política é, primeiro, um assunto sério; depois, algo que concerne a todos e não apenas ao grupo palaciano.

Tal estado de espírito — que acabou gerando entre os cidadãos e até mesmo seus representantes a perda da consciência de que o sistema político, ainda que autoritário, só pode subsistir se houver troca de informações nos dois sentidos (dos governantes para os governados e desses para aqueles) — contribuiu, ao longo dos anos (especialmente desde 1968), para que o Executivo se transformasse no único responsável pelas grandes políticas nacionais, limitando-se o Congresso a referendá-las — ou a criticá-las, como se nada tivesse com os problemas enfocados —, e a população, por sua vez, a desconhecer, melhor dizendo, a desinteressar-se da ação política.

A oligarquia construiu seu domínio sobre esse vazio — e agora começa a tomar conhecimento de que está marginalizada e de que até mesmo os grupos políticos que poderiam trazer-lhe apoio expressivo já não são dignos de confiança. Em outros tempos, quando havia um simulacro de democracia no País, o presidente da República resolvia as crises de confiança encontrando no Ministério um bode expiatório, logo depois premiado com benesses várias. Hoje tudo mudou; pela esclerose do sistema político brasileiro, associada à personalidade do presidente da República, que timbra em fazer *seu* tudo o que de bom acontece no País (exceto explorar o enorme capital político acumulado a 15 de novembro) e em considerar como críticas *pessoais* aquelas diri-

gidas à administração de seus ministros. Esses dois fatos associados conduziram-nos ao *impasse* atual, que é inegável.

Quando este comentário estiver sendo lido, nossos leitores já terão tomado conhecimento pela TV e pelo rádio da anunciada e esperada fala presidencial. A ela nos dedicaremos amanhã, pois é de esperar-se que exija reflexão amadurecida. O que importa assinalar, agora, é que o Congresso que se instala em meio ao vendaval tem acrescidas responsabilidades, especialmente no que se refere à criação de clima de entendimento — sem concessões doutrinárias — que permita ao Executivo vencer a mania de que está cercado e de que em todas as partes se maquina contra a Administração.

Não sabemos se haverá, no Congresso, lideranças com autoridade intelectual e moderação política suficientes para conter os novatos, que enxergam num mandato parlamentar o alfa e o ômega de uma coisa que não sabem o que seja, pois não possuem projeto alternativo. Durante anos, as oposições condenaram o “regime exportador”; agora, que sem exportações a crise se tornará insustentável, não sabem que alternativa apresentar, a não ser falar na conquista do *mercado interno*, indispensável, mas que, infelizmente, não gera de imediato os dólares de que o País necessita. E necessita urgentemente, convença-se disso o presidente da República, porque o governo anterior ao seu não se preocupou com a hipoteca que lançava sobre as gerações futuras.

Ao instalar-se, o novo Congresso deverá enfrentar responsabilidades ampliadas; e o Executivo, rever sua maneira de tratar o corpo dos representantes da Nação, quando não ela própria. Este não é um desejo; é a derradeira esperança dos homens lúcidos.